



## **DECISÃO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024**

**CÓDIGO DA UASG: 985657**

Processo nº 001307/2024 de 15 de março de 2024

Origem: Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SEMAF

ID CidadES Contratação nº 2024.036E0700001.02.0005

ID contratação PNCP nº.: 27104363000123-1-000070/2024

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação e assistência técnica de equipamentos reprográficos (multifuncionais), scanner de mesa e impressora plotter, todos novos (de primeiro uso). Compreendendo a cessão de direito de uso de equipamentos, incluindo assistência preventiva e corretiva, substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção, fornecimento de todos os insumos e consumíveis necessários, contabilização de impressão, software de gerenciamento, exceto de papel.

**RECORRENTE:** T M A SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, CNPJ 05.874.376/0001-49.

**RECORRIDA:** DM SOLUTIONS LTDA, CNPJ 14.691.528/0001-69.

### **I – DAS PRELIMINARES**

Trata-se de recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **T M A SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.874.376/0001-49, doravante denominada **Recorrente**, contra decisão da Agente de Contratação que declarou classificada e habilitada no certame a empresa **DM SOLUTIONS LTDA, CNPJ 14.691.528/0001-69**, doravante denominada **Recorrida**, vencedora da licitação da Pregão Eletrônico 011/2024.



Todos os licitantes foram cientificados acerca da intenção de apresentar recurso, manifestada pela Recorrente na sessão pública da Pregão Eletrônico 011/2024.

A peça recursal e contrarrazões foram anexadas ao sistema: [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/) dentro do limite de prazo legal.

## **II - DA ADMISSIBILIDADE**

O critério de aceitabilidade do recurso exige a manifestação imediata da intenção de recorrer, tão logo seja declarado o vencedor do certame, conforme dispõe o artigo 165, §1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:*

*(...)*

*b) julgamento das propostas;*

*c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;*

*(...)*

*§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:*

*I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;*

Conforme registrado na Ata de realização do Pregão Eletrônico 011/2024, após a declaração do vencedor do item 01 da licitação, a Recorrente manifestou de forma imediata a intenção de recorrer contra a decisão da Agente de Contratação.

Assim, a peça recursal apresentada cumpre os requisitos de admissibilidade previstos na legislação, pelo que se passa à análise de suas alegações.



### III – DAS RAZÕES DO RECURSO

Em linhas gerais, a **RECORRENTE** insurge quanto a classificação e habilitação da **RECORRIDA** no certame, alegando que os atos praticados pela **AGENTE** Condutora do procedimento licitatório (sessão), foi recheado de vários vícios, sendo desrespeitados vários princípios e exigências legais, fazendo com que a habilitação e classificação não foi transparente e legal.

Diante das alegações, as quais serão tratadas, a **RECORRENTE** requer:

1 - Requer-se o recebimento do presente recurso, com a consequente desabilitação da empresa DM Solutions Ltda, tendo em vista a inobservância dos princípios da isonomia, vinculação ao edital, igualdade e competitividade. A empresa não apresentou a marca do equipamento a ser fornecido, especialmente em relação ao equipamento Multifuncional Policromática. Ademais, o documento de habilitação não foi apresentado conforme as exigências do edital e do pregoeiro, o que impossibilitou a devida análise, contrariando as disposições legais, doutrinárias e jurisprudenciais aplicáveis ao processo licitatório.

2 - Caso este Ilustre Pregoeiro não acolha o pedido acima, requer-se, desde já, que o presente recurso seja encaminhado à instância superior, para que a Nobre Autoridade Hierárquica aprecie os argumentos aqui apresentados.

3 - Na hipótese de indeferimento final desta impugnação, protesta-se, desde já, pela obtenção de cópia integral do processo administrativo referente ao Pregão Eletrônico nº 011/2024, Processo Administrativo nº 001307/2024, de 15 de março de 2024, para fins de encaminhamento de representação ao Tribunal de Contas.

### IV – DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO

A contrarrazoante, ora recorrida, alega que atendeu todos os requisitos exigidos no edital e seus anexos, bem como todos os procedimentos do certame, conforme convocações da **AGENTE** Condutora.



Em vista disso, a contrarrazoante, ora recorrida, requer o acatamento das presentes contrarrazões para que se declare a improcedência total do Recurso Administrativo apresentado pela recorrente, e, conseqüentemente, sejam mantidos inalterados os atos praticados até aqui, notadamente a manutenção da recorrida no certame.

## **V – DO MÉRITO**

Da análise aos argumentos expostos pela recorrente, quanto a marca e procedimento de recebimento dos documentos de proposta e habilitação e, compulsando os autos do processo, será demonstrado que a recorrida, foi classificada e habilitada no presente certame de forma legal, onde, todas as exigências contidas no instrumento convocatório foram cumpridas.

Quanto ao mérito, em análise aos pontos discorridos na peça recursal da recorrente, quanto a exigência de marca, passo a relatar ao que dispõe o edital, conforme transcrevo os itens V, VIII e Anexo V – Modelo de Proposta:

### **V - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

#### **5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:**

##### **5.1.1. valor total do item;**

*5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.*

*5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

*5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.*

*5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.*



5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação

5.8.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **VIII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

8.1. O Agente da Contratação/Pregoeiro, conforme prazo do item 6.20 deste edital, convocará o vencedor do certame e fixará prazo para enviar, pelo sistema, a PROPOSTA ATUALIZADA, em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado.

8.1.1. Quando por impossibilidade de carregamento do arquivo da proposta atualizada no Sistema de Compras do Governo Federal



([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), será admitido o envio para o e-mail [licitacao@itarana.es.gov.br](mailto:licitacao@itarana.es.gov.br), com cópia para [cplitarana@gmail.com](mailto:cplitarana@gmail.com);

8.1.2. No caso de envio por e-mail, será considerada a data e hora de efetivo recebimento na caixa postal da equipe de prego.

8.1.3. A prorrogação do prazo poderá ocorrer por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente da Contratação/Pregoeiro, bem como de ofício quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos;

8.2. A Proposta Atualizada deverá ser entregue no sistema, sendo necessário o upload de seu arquivo e/ou nos termos do item 8.1.1, juntamente com a documentação complementar, quando exigida no edital, em moeda corrente do País, nas condições e especificações estabelecidas neste edital, seus anexos e sistema provedor.

**8.2.1. Deverá constar na Proposta Atualizada:**

a) Indicação dos valores unitários dos itens e totais por lote, no modelo apresentado em campo próprio do sistema provedor;

b) Prazo de Validade da Proposta: não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 (sessenta) dias;

**c) Quando exigido, a indicação da MARCA, que deverá ser *idêntica à apresentada inicialmente*, quando do cadastramento da proposta comercial preliminar, no sistema provedor;**

d) Quando exigido, a indicação da modalidade de Garantia Contratual, conforme Art. 96, §1º da Lei 14.133/2021.

8.2.2. O valor deverá ser apresentado em moeda nacional utilizando-se 02 (duas) casas decimais para o valor unitário, desprezando-se as demais, incluindo todos os impostos, seguros, transportes, embalagens, contribuições sociais, bem como quaisquer outros custos relacionados com a entrega do produto, com base nas especificações do objeto.

8.3. Deverão ser cotados todos os itens constantes do respectivo lote, em suas quantidades totais.

8.3.1 - Havendo preços unitários diferentes para serviços de igual especificação, o Pregoeiro solicitará a devida correção, não podendo o valor final da proposta ultrapassar o último lance global da disputa.

8.4. A proposta deverá conter oferta firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de



*preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.*

*8.5. Não serão adjudicadas as propostas de preços com valores superiores ao estimado para CADA ITEM.*

*8.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto ser entregue ao Órgão sem ônus adicionais.*

*8.7. O Agente da Contratação/Pregoeiro examinará a proposta melhor classificada quanto a compatibilidade do(s) preço(s) ofertado(s) em relação ao(s) preço(s) estimado(s) na pesquisa de mercado, podendo solicitar manifestação do setor demandante acerca de sua compatibilidade técnica com as especificações contidas no Termo de Referência.*

*8.8. O Agente da Contratação/Pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de servidores da Administração Pública Municipal de Itarana/ES para orientar sua decisão.*

*8.9. Não será admitida proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou incompatíveis com os praticados no mercado, exceto quando se referirem a recursos materiais ou técnicos do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.*

*8.10. Quando necessário, o Agente da Contratação/Pregoeiro poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade da sua proposta, por meio de documentos.*

*8.11. O Agente da Contratação/Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta detalhada quando o preço ofertado for aceitável e houver necessidade de ajustes para adequar a propostas aos requisitos exigidos neste edital e seus anexos.*

*8.12. Em caráter de diligência, os arquivos remetidos poderão ser solicitados a qualquer momento em original ou por cópia autenticada. Para tanto, os documentos deverão ser encaminhados ao Setor de Licitação, localizada no primeiro andar da sede da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, sito à Rua Elias Estevão Colnago, nº. 65, Centro, Itarana/ES, CEP: 29.620-000, no prazo estabelecido pelo Agente da Contratação/Pregoeiro.*

*8.13. Será desclassificado o licitante que abandonar o certame deixando de enviar a documentação acima indicada, o que pode ensejar a instrução de processo para aplicação de sanções previstas neste edital.*



**ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

**PROPOSTA COMERCIAL**

Pregão Eletrônico Nº 000011/2024  
Empresa Proponente:  
CNPJ:  
Endereço:  
Telefone:  
E-mail:

Apresento a Vossa Senhoria proposta de preço para o Pregão em referência, conforme abaixo:

LOTE 00001 - GLOBAL - Locação e assistência técnica de equipamentos.							
Ítem(*)	Código	Especificação		UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
		MÁQUINA DE REPROGRAFIA DO TIPO MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA/SEMAF/CONTABILIDADE Endereço: Rua Elias Estevão Colnago, N.º 65, Centro, Itarana. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: • Equipamentos novos, sem uso anterior e em linha de					

A demonstrado acima, item V do edital, 5.1 e 5.1.1 que, no preenchimento da proposta, é exigido apenas que a empresa fica obrigada ao valor total do item. Não só esse item, mas, sim todos os demais itens desse tópico, em momento algum exige apresentação de marca.

Destaca-se, também, no item VIII do edital, letra "c" do item 8.2.1 que, só será exigida marca quando este ocorrer dentro do edital, conforme o inicialmente registrado na plataforma e, isso, conforme demonstrado no item V, não foi. Tanto que o modelo de proposta readequado (modelo anexo V), não traz a obrigação de preenchimento de marca.

Assim, resta claro que, em momento algum do edital exige marca. Que a máquina a ser colocada à disposição pela futura contratada, deverá sim, ser vistoriada pelo fiscal, o qual deverá verificar o seu atendimento ou não. Podendo este, trocar para o equipamento que venha atender as especificações mínimas exigidas.





Sobre o arquivo PCA, essa é uma ferramenta exclusiva do programa E&L Software, onde, apenas é um facilitador de preenchimento de proposta. A empresa encaminha seus dados, sendo disponibilizado um arquivo para preenchimento da proposta. A empresa fica obrigada apenas de baixar o programa para manuseio do arquivo, através de link disponibilizado pela E&L Software para download.

Em momento algum no edital, foi exigido que a proposta readequada fosse preenchida via arquivo PCA.

A Recorrente, provavelmente é conhecedora desse procedimento e solicitou que fosse disponibilizado para ela o arquivo PCA. Tanto que a recorrente foi a única empresa que recebeu o arquivo.

Assim, encerro esse debate, sendo claramente demonstrado que não houve exigência de preenchimento e de apresentação de proposta readequada com marca, bem como em momento algum do edital foi exigido o preenchimento via PCA.

**Quanto ao mérito, em análise aos pontos percorridos na peça recursal da recorrente, quanto a exigência de apresentação documental, passo a relatar ao que dispõe o edital, conforme transcrevo no item IX cco com o item VIII do edital:**

#### **IX - DA FASE DE HABILITAÇÃO**

*9.1. Os documentos previstos no **Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.*

*9.1.1. As declarações do sistema, bem como as declarações complementares estão referenciadas no **item 9.4 deste edital**.*

*9.1.2. A forma de aceitação de Atestado de Qualificação Técnica estão referenciadas no **item 9.11 deste edital**.*

**9.2 - A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, tais como: habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.**



9.2.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **SICAF** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.2.2. A verificação no **SICAF** ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.2.2.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.2.2.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.2.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.2.4. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.2.4.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.3. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

#### **9.4. DAS DECLARAÇÕES:**

9.4.1. Será verificado o preenchimento no sistema comprasgov das declarações constante no item 4.3 e seus subitens, deste edital.

9.4.2. O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme **modelo no Anexo IV deste Edital**;

9.4.3. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas



*infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme **modelo no Anexo IV deste Edital;***

*9.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):*

*9.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e*

*9.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;*

*9.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.*

*9.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.2.1.*

*9.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.*

**9.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida nos seguintes termos:**

*9.9.1. O licitante deverá apresentar na etapa de habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição;*

*9.9.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006;*

*9.9.3. O prazo acima poderá, a critério da Administração, ser prorrogado por igual período;*

*9.9.4. A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da*



*aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado ao Município de Itarana convocar os licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.*

#### **9.10. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE:**

9.10.1. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo a previsão da Instrução Normativa DREI nº 10/2013 ou norma que venha a substituí-la.

9.10.2. Caso o licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>).

9.10.3. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

9.10.4. A comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderá ser aferida junto as informações dos dados cadastrais da empresa junto ao **SICAF**, ficando dispensada a apresentação e envio dos documentos arrolados nos itens 9.10.1. e 9.10.2.

#### **9.11. ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.11.1. Para fins de habilitação, deverá ser apresentado, no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante cumprido de forma satisfatória o fornecimento do objeto da licitação ou da mesma natureza.

### **VIII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

8.1. O Agente da Contratação/Pregoeiro, conforme prazo do item 6.20 deste edital, convocará o vencedor do certame e fixará prazo para enviar, pelo sistema, a PROPOSTA ATUALIZADA, em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado.

8.1.1. Quando por impossibilidade de carregamento do arquivo da proposta atualizada no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), será admitido o envio para o e-mail [licitacao@itarana.es.gov.br](mailto:licitacao@itarana.es.gov.br), com cópia para [cplitarana@gmail.com](mailto:cplitarana@gmail.com);



8.1.2. No caso de envio por e-mail, será considerada a data e hora de efetivo recebimento na caixa postal da equipe de pregoão.

8.1.3. A prorrogação do prazo poderá ocorrer por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente da Contratação/Pregoeiro, bem como de ofício quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos;

8.2. A Proposta Atualizada deverá ser entregue no sistema, sendo necessário o upload de seu arquivo e/ou nos termos do item 8.1.1, juntamente com a documentação complementar, quando exigida no edital, em moeda corrente do País, nas condições e especificações estabelecidas neste edital, seus anexos e sistema provedor.

Depois de realizada a classificação da proposta, a **AGENTE** Condutora do procedimento licitatório (sessão), em atendimento aos prazos previstos no edital, abriu o prazo para envio de documentos de habilitação, pela empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar, conforme transcrevo:

#### Mensagem do Pregoeiro

Prezado Licitante, solicito o envio, no prazo de 02 (duas) horas, contado da convocação, dos documentos de habilitação, por meio da opção enviar anexo do sistema, neste caso, a apresentação deverá ocorrer até às 16h30 do dia 16/09/2024.

#### *Mensagem do Pregoeiro*

*Prezado Licitante, solicito o envio, no prazo de 02 (duas) horas, contado da convocação, dos documentos de habilitação, por meio da opção enviar anexo do sistema, neste caso, a apresentação deverá ocorrer até às 16h30 do dia 16/09/2024.*

*Enviada em 16/09/2024 às 14:17:24h.*

#### *Mensagem do Pregoeiro*

*Advirto que, todos os proponentes são participantes ativos do certame, mesmo que não tenham sido os primeiros arrematantes, portanto, conforme os subitens 3.18 e 4.12 do edital é responsabilidade dos proponentes o acompanhamento das mensagens encaminhadas neste chat, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de sua inobservância*



*Enviada em 16/09/2024 às 14:20:04h*

*Mensagem do Pregoeiro*

*Ressalta-se! Retomaremos a sessão no dia 17/09/2024, às 10h00m.*

*Enviada em 16/09/2024 às 14:20:33h*

Devido a problemas técnicos do Comprasnet, conforme Comunicado 17/2024 – GovBr, houve a necessidade de prorrogação do dia de julgamento de habilitação, conforme transcrevo:

## Comunicado nº 17/24 - Instabilidade no Gov.Br pode afetar as contratações no sistema Compras.gov.br

As licitações e itens programados para abertura durante o período de instabilidade foram suspensos.

---

Publicado em 17/09/2024

---

Prezados usuários,

Em 17/09, foram identificadas instabilidades no **Gov.Br**, que eventualmente podem impactar os processos licitatórios abertos.

**Mensagem do Pregoeiro**

Boa tarde, licitantes! Comunicamos que o acesso Agente Contratação e Pregoeiro, através do acesso Governo, está instável, não sendo realizado o login na data de hoje. De acordo com 0800 do comprasgov, problema com algumas Uasgs Municipais

*Enviada em 17/09/2024 às 14:57:49h*

**Mensagem do Pregoeiro**

EDITAL: 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente da Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente



decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

Enviada em 17/09/2024 às 14:58:11h

Mensagem do Pregoeiro

Retomaremos a sessão no dia 19/09/2024, às 13h00m, ocasião em que será confirmado ou não o atendimento da convocação mencionada na mensagem anterior e demais seguimentos.

Enviada em 17/09/2024 às 14:59:33h

Enfim, sem delongas, ao verificar o envio da proposta da licitante, a **AGENTE** Condutora do procedimento licitatório (sessão), constatou que, a empresa já tinha anexado concomitantemente os documentos de habilitação necessários, conforme relatou em ata da sessão, transcrevo:

Mensagem do Pregoeiro

Quanto à habilitação, verificou-se que a empresa DM SOLUTIONS LTDA ME - Inscrito sob o CNPJ nº: 14.691.528/0001-69 foi classificada no lote único encaminhou, **concomitantemente com a proposta, os documentos que não constam no SICAF.**

Enviada em 19/09/2024 às 13:48:43h

Mensagem do Pregoeiro

**Informo que após análise dos documentos anexados, também foi realizada consulta junto ao SICAF,** estando em conformidade com o solicitado no edital de licitação e seus anexos. Assim, irei declarar em campo próprio do sistema, a empresa vencedora e classificada no lote único

Enviada em 19/09/2024 às 13:49:38h

Ainda destaco que, é permissivo o envio de documentos por e-mail, conforme item 8.1.1 do edital, vejamos:

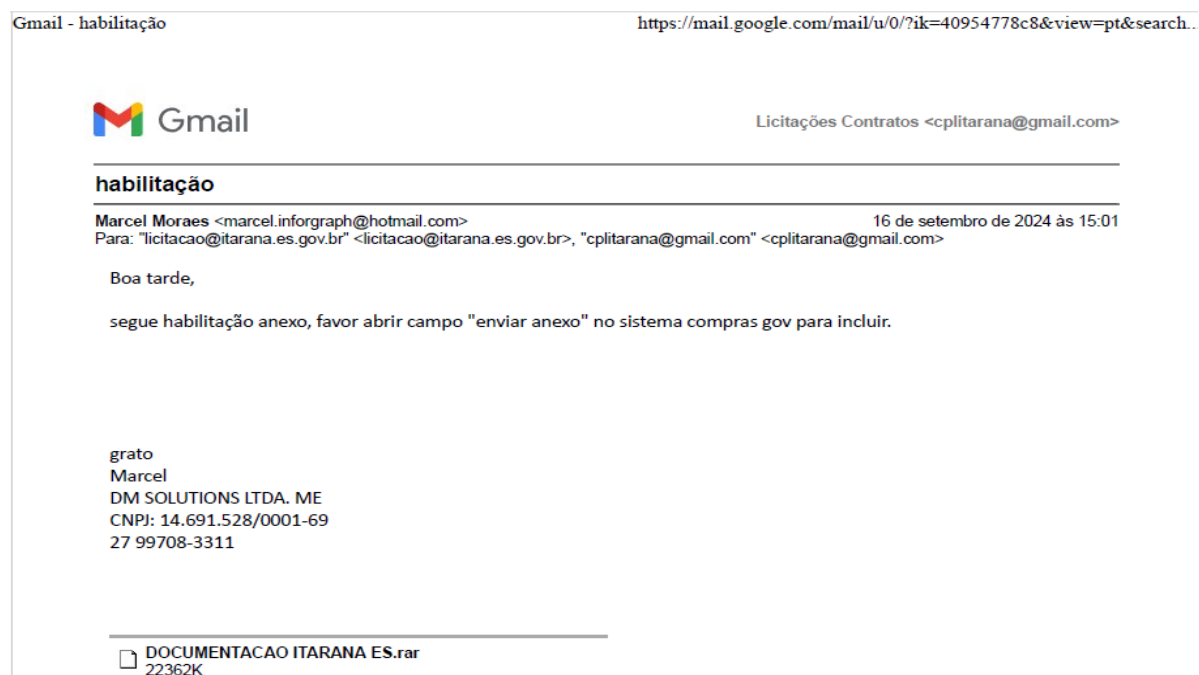
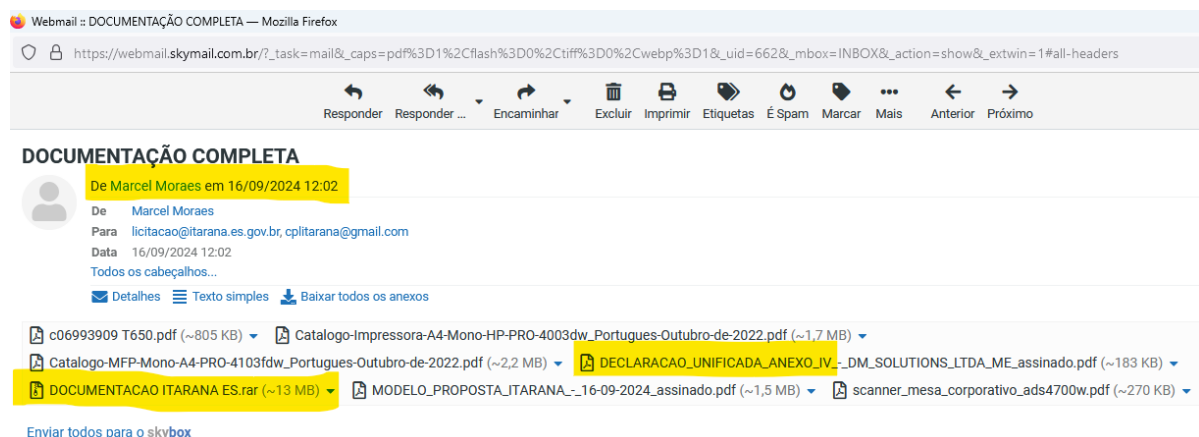




8.1.1. Quando por impossibilidade de carregamento do arquivo da proposta atualizada no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), será admitido o envio para o e-mail [licitacao@itarana.es.gov.br](mailto:licitacao@itarana.es.gov.br), com cópia para [cplitarana@gmail.com](mailto:cplitarana@gmail.com);

8.1.2. No caso de envio por e-mail, será considerada a data e hora de efetivo recebimento na caixa postal da equipe de pregão.

O registro dos documentos apresentados pela empresa, ocorreu anteriormente aos prazos estipulados no chat, ou seja, em 16/09/2024 12:02, vejamos:







Assim, encerro esse debate, sendo claramente demonstrado que não houve ilegalidade alguma do recebimento dos documentos de proposta e habilitação.

Assim, considerando a análise dos documentos anexados aos autos e em estrita observância aos termos da Lei nº 14.133/21, visando ainda, os princípios da legalidade, da razoabilidade e da supremacia do interesse público, EU, Agente de Contratação, mantenho inalterada a decisão que classificou e declarou vencedora a empresa **DM SOLUTIONS LTDA, CNPJ 14.691.528/0001-69.**

#### **VI - CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto e à luz dos princípios basilares da licitação pública, CONHEÇO O RECURSO e, no mérito, **JULGO IMPROCEDENTE** o recurso interposto por **T M A SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, CNPJ 05.874.376/0001-49**, nos termos da fundamentação supra, mantendo a minha decisão proferida na Ata da Sessão do Pregão Eletrônico nº 011/2024, que classificou e declarou vencedora a empresa **DM SOLUTIONS LTDA, CNPJ 14.691.528/0001-69.**

Assim, encaminhe-se os autos à autoridade superior para análise e decisão do Recurso Administrativo em pauta, em atendimento ao art. 165, § 2.º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Dê-se ciência do ora decidido aos interessados através do sistema compras.gov, bem como que seja publicada a presente decisão e documentos inerentes ao recurso no site eletrônico junto ao edital da licitação em epígrafe no endereço eletrônico <https://www.itarana.es.gov.br/filter/1289>

**JULIANA BUCHER NETTO**

Agente Contratação

Portaria 1508/2024